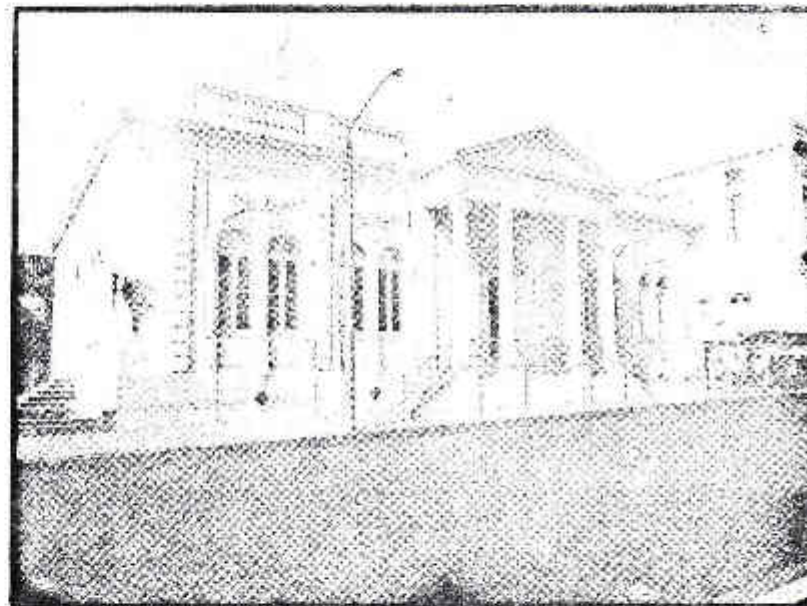


HISTÓRIA EM REVISTA



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO
DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

volume 3 - novembro de 1997

ISSN: *Revista*
Registro: *706 / [redacted]*
Data: *novembro / 1997*
Associação: *N. D. H. / UFPel*



Editora e Gráfica Universitária - UFPel

HISTÓRIA EM REVISTA

VOLUME 3

NOVEMBRO DE 1997

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA



HISTÓRIA EM REVISTA

VOLUME 3

NOVEMBRO DE 1997

Pelotas
Editora da UFPEL

ANUAL

História em Revista	Pelotas	v. 3	p. 1-152	novembro/1997
---------------------	---------	------	----------	---------------

EDITORIAL

No terceiro número da *História em Revista*, publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, buscamos fortalecê-la. Mantendo-a como um espaço que facilita a veiculação da pesquisa histórica produzida na Universidade Federal de Pelotas, procuramos também afirmá-la como um periódico na área de História em âmbito nacional, contando, assim, com a contribuição de destacados pesquisadores, como a historiadora Helga I. L. Piccolo, que gentilmente ofereceu seu artigo sobre a escravidão em Pelotas, desejando fosse publicado em uma revista científica pelotense.

A *História em Revista* se consolida ao buscar constituir um valioso instrumento de pesquisa e informação. A partir desse volume, publicamos dossiês sobre temas específicos. Por esse meio, criamos um importante instrumento para pesquisa, estudo e ensino de História, por ensejar a leitura de variegadas abordagens sobre uma mesma problemática. No presente número, temos um dossiê sobre a escravidão na zona sul do Rio Grande do Sul; para tanto, privilegamos a publicação de artigos de autores da própria região, a fim de divulgar a pesquisa aqui realizada sobre o assunto. A temática é tratada sob diferentes enfoques: assuntos variados; metodologias e técnicas distintas; fontes históricas diversas.

Ademais, damos continuidade ao objetivo, estabelecido na elaboração do segundo número, de publicar documentação histórica de valor, inédita ou veiculada em obras antigas, raras e esgotadas, ou mesmo na imprensa de épocas muito recuadas. Assim, se no número anterior publicamos a entrevista com o ex-dirigente comunista Otávio Brandão, nesse trazemos uma tabela sobre a escravidão em Pelotas no século XIX, publicada no *Correio Mercantil* de 23.08.1884, bem como um conto do escritor pelotense Alberto Coelho da Cunha, que foi publicado em 1872, no *Parthenon Literário*, quando tinha ainda seus 17 anos de idade. Nesse conto, o adolescente descreve, com as tintas da literatura, o cotidiano do escravo da charqueada, que conhecera por meio de sua vivência familiar.

Com uma visão ampla da interação da História com as demais Ciências Humanas, trazemos um artigo de Antropologia, que trata, com originalidade, de um tema de absoluta relevância para os dias de hoje, qual seja, a violência.

Enfim, procurando incentivar os futuros professores e historiadores que formamos em nosso Curso de História, insistimos em manter uma seção dedicada à publicação de trabalhos de conclusão de curso que se destaquem por seus méritos científicos e intelectuais, aqui representados pelo artigo sobre a gripe espanhola.

Fábio Vergara Cerqueira
Editor

RDSA, Otelo: O Partenon Literário. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1948.

SPALDING, Walter; Victor Valério. In: *Construtores do Rio Grande*. II volume, Edições Sulina, Porto Alegre, 1969.

VELLINHO, Moisés: O Partenon Literário. In: *Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1957.

c) Livros

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre: *Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul - 1868 a 1880*. EST, Porto Alegre, 1982.

CESAR, Guilhermino: *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Editora Globo, Porto Alegre, 1956.

HESSEL, Lothar F. (Org.): *O Partenon Literário e sua obra*. Flama/IEL, Porto Alegre, 1976.

JÚLIO, Sílvio: *Estudos Gauchescos de literatura e folclore*. Edição do clube internacional do Folclore, Petrópolis, 1955.

___ *Literatura, folclore e lingüística da área gauchesca no Brasil*. A. Coelho Branco F^a (Editor). Rio de Janeiro, 1962.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes: *Modernismo no Rio Grande do Sul*. materiais para o seu estudo. IEB/USP, São Paulo, 1972.

___ *Regionalismo e Modernismo*. Ed. Ática, São Paulo, 1978.

___ *No entretanto dos tempos: literatura e história em João Simões Lopes Neto*. Martins Fontes, São Paulo, 1988.

MAROBIM, Luiz: *A literatura no Rio Grande do Sul. Aspectos Temáticos e Estéticos*. Martins Livreiro Editor, Porto Alegre, 1985.

MEYER, Augusto: *Prosa dos Pagos*. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1960.

POZENATO, José Clemente: *o regional e o universal na literatura gaúcha*. Ed. Movimento, IEL, Porto Alegre, 1974.

SILVA, João Pinto da: *História Literária do Rio Grande do Sul*. 1^a edição. Livraria do Globo, Porto Alegre, 1924.

VIEIRA, Damasceno: *Esboços Literários. Poesia e Crítica*. Typographia da Deutsche Zeitung, Porto Alegre, 1883.

ZIBERMAN, Regina: *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3^a edição. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1992.

O ESCRAVISMO NA REGIÃO MERIDIONAL DO RS: ELEMENTOS CONTEXTUAIS E CARACTERÍSTICAS

Professor Agostinho Mario Dalla Vecchia

1. Palavras iniciais

O estudo da história de uma comunidade humana, de uma nação, de uma classe social, é fundamental para sua articulação no contexto em que vive. O estudo dos fatos históricos do passado, analisados no processo de suas relações, permite a compreensão da situação vivida e permite o resgate de elementos da identidade do grupo estudado.

Desejamos apresentar elementos que contribuam para o estudo do escravismo na Região Meridional do Rio Grande do Sul. Os dados expostos e analisados nas páginas seguintes foram colhidos em documentos de nossas bibliotecas de Pelotas, das falas dos filhos, netos e bisnetos de escravos entrevistados nos últimos anos e de obras recentes sobre o escravismo no RS. Queremos expor e analisar os dados extraídos principalmente dos *Estudos Definitivos da Linha de Canguçu*, obra da comissão chefiada pelo engenheiro Eduardo José de Moraes. Tratava-se da construção de um ramal da estrada de ferro Rio Grande-Alegrete, ligando Pelotas a Canguçu.

2. Contexto histórico gaúcho, no século XVIII e XIX.

No século XVIII e XIX, o RS emerge como região de reconhecido valor de produção econômica voltada para a pecuária, possível a partir das milhões de cabeças de gado que proliferaram na região, após o extermínio das experiências missionárias jesuíticas. A instauração de charqueadas permitiu a exploração e comercialização da carne bovina e a instauração de um sistema de produção pecuário charqueador escravista. Escravos produziam nas charqueadas, nas estâncias, nas pequenas e médias propriedades e realizavam os serviços domésticos na cidade e no campo. A produção deste sistema era destinada geralmente às grandes propriedades de produção exportadora do

Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Mestre e Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

centro do país, principalmente do açúcar e do café. A relação de dependência dessa economia era mais profunda. Enquanto o Brasil dependia do estrangeiro, o RS dependia das variações do mercado do charque brasileiro e platino.

A produção pecuário-charqueadora se concentrava, durante o séc. XIX, basicamente na Região Meridional do RS, sendo Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Ponta Grossa o eixo da produção do charque. Tratava-se de um modo de produção escravista distinto pela especialidade da produção. Os traços gerais deste sistema escravista eram comuns ao escravismo colonial brasileiro, mas tinham suas especificidades.

Na sua maior parte, a produção pecuária no RS Meridional deu-se na grande propriedade, numa cultura extensiva. A produção charqueadora estabeleceu-se sobre formas rudimentares de manufatura da carne seca. Isto foi determinante do sistema escravista utilizado, na sua natureza e especificidades. Inserido na produção doméstica ou na produção natural de subsistência na estância, na produção do charque, ou nos serviços urbanos, o escravo viveu um cotidiano de restrições, de violência e brutalidade, em condições precárias de vida, alimento, saúde, etc. Estas são algumas características deste escravismo que queremos caracterizar e contextualizar a seguir.

3. A escravidão nos depoimentos de descendentes de escravos

Em *Os Filhos da Escravidão* (1994) expusemos um estudo sobre a escravidão rural na Região Meridional do RS. Foi utilizado o documento de história oral produzido com os depoimentos de trinta descendentes de escravos e suas lembranças dos fatos escravistas transmitidos oralmente por ex-escravos. Com eles caracterizamos o trabalho escravo na agricultura, na pecuária e nas residências. A semelhança de parte do escravismo colonial brasileiro, a produção escrava, a nível agrícola, no RS, teve um caráter natural, voltada para a subsistência da estância. A produção em horta, e roças raramente permitia a comercialização de produtos. No máximo fazia-se um sistema de trocas, em armazéns, por farinhas, biscoitos e outros produtos que não eram originários do meio rural (DALLA VECCHIA, 1994: 55-56).

Com menor frequência encontramos escravos campeiros, capatazes trabalhando diretamente nos roçados. Os escravos eram utilizados na construção de taipas de pedra, grandes valas nas divisas das estâncias, mantendo o gado nas propriedades de seus donos. Construção e manutenção de estradas também faziam parte. Os mesmos escravos trabalhavam muitas vezes no plantio e na colheita,

tendo que auxiliar inclusive nas atividades domésticas e nos arredores da casa (DALLA VECCHIA, 1994: 56-63).

Segundo Saint-Hilaire em *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1974:80) e Dócio Freitas em *O Capitalismo Pastoril* (1980:34-36), a maior incidência de escravos se dava nas estâncias que conjugavam agricultura e pecuária. Nas zonas de Campanha predominava a produção pecuária. Nas primeiras estâncias, a média variava de uma a duas dezenas de escravos. A incidência podia ser menor nas estâncias pecuárias. Surge novamente a questão ao depararmos com inventários como o de Bento Gonçalves da Silva, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Entre os bens daquele líder político, estancieiro na fronteira, o documento conta 13 escravos, em 1837 (CARDOSO, 1982:64). Sabe-se também que na época da Revolução Farroupilha o número de escravos era quase duas vezes superior à população de Piratini e do Estreito.

Alguns charqueadores, também grandes proprietários de estâncias pecuárias, possuíam várias dezenas de escravos nessas propriedades. Embora não se generalize esse número, usados como força de expressão, alguns depoentes fornecem dados com maior precisão. Segundo Antenor Silveiras, cujo pai fora escravo numa estância da família Pedroso, de Piratini, havia ali oito (8) escravos. O mesmo depoente se refere a estâncias com mais de uma dezena de escravos. "Tinha muita gente que tinha muito mais escravos. Tinha uma vez uma turma de cinco ou seis em casa e no campo, no mato tinha dez, quinze, que era pra fazê o serviço de mato, cortá lenha, amassá tijolo" (DALLA VECCHIA, 1994:64). Quando a propriedade era de menor extensão, havia menor número de escravos. Um, dois ou três eram suficientes. Em sua viagem pelo Rio Grande do Sul, Saint-Hilaire presenciou famílias onde trabalhavam pais e filhos juntamente com o escravo. Nos centros charqueadores como Pelotas, Jaguarão, Rio Grande, a concentração de escravos nas residências podia atingir até duas dezenas.

No trabalho doméstico, no campo e na cidade, eram utilizados serviços de escravos cozinheiros, lavadeiras, faxineiros, mucamas. Estas atividades podiam ser realizadas por maior ou menor número de cativos, dependendo das condições da casa e dos proprietários. Muitas vezes os mesmos escravos realizavam os serviços domésticos nos arredores da casa, lidando com a pecuária de subsistência, aves, suínos, ovinos, hortas, pomares, lenha e água (DALLA VECCHIA, 1994:65-72).

Em relação ao tratamento dos escravos, reiteradamente os depoimentos demonstram que era muito duro e que a coação chegou muitas vezes à brutalidade e à barbárie. Nas estâncias que compunham o conjunto pecuário-charqueador, a rigidez do tratamento era similar ao

das charqueadas. Por conveniência e na perspectiva de nova forma de coação, os escravos domésticos eram envolvidos afetivamente no convívio, o que não aliviava o nível de exigências. Observa-se freqüentemente que ainda existem vestígios de senzalas, troncos e outros objetos de coação de escravos na zona rural e nas cidades da região. O mito da benignidade da escravidão na pecuária ou na agropecuária gaúcha se desfaz como farsa ideológica.

Era prolongada a jornada de trabalho dos escravos. Inúmeras vezes os descendentes de escravos se referiram ao trabalho de "sol-a-sol" (DALLA VECCHIA, 1994:77). A forma de reprodução da mão de obra escrava na zona rural era a mesma da cidade. Compravam-se os escravos na cidade de Pelotas, Rio Grande ou Jaguarão. Comprava-se, vendia-se, trocava-se. Difícilmente se criava um escravo nascido de escrava. As condições de vida e trabalho não permitiam. Era mais lucrativo comprar-se um escravo no tráfico que criá-lo. Nesta perspectiva, parece sem sentido o mito do escravo reprodutor, fertilizador de escravas para reprodução. Ao menos durante o período do tráfico mais intenso, segundo J. Gorender (1988:343), este interesse ficou em segundo lugar.

Quando a província tinha 187.083 habitantes, de 1270 casamentos de pessoas livres, houve somente 58 casamentos de pessoas escravas, isto é, 4,37%. As ligações existentes eram de ordem natural, tendo a escrava relações com seus senhores ou com os filhos dos seus senhores (WEIMER, 1991:35-36). Alguma tendência à reprodução de mão de obra escrava pode ter existido após a abolição do tráfico e mediante a dificuldade de aquisição de novos escravos, devido aos altos preços.

Como nas restantes regiões do Império, a vigilância e o castigo eram constituídos de verdadeiro aparato de coação e de morte. É do conhecimento comum a vigência de um sistema de coação e vigilância constante sobre o cativo. O tronco, o chicote, a vara eram comumente utilizados no castigo e na coação física do escravo. Às vezes o cativo era estaqueado como o prisioneiro. Apesar de não haver interesse em matar o escravo, pelo seu alto custo de aquisição, muitas vezes os maus tratos e a violência nos castigos levavam o escravo à morte. A preocupação com tais brutalidades emergiam nas posturas municipais que procuravam coibir tais atitudes (POSTURAS MUNICIPAIS DE PELOTAS, 1834:35).

Outro fator que demonstra a vigência do regime severo de tratamento e de produção, era a freqüente fuga de escravos e a formação de quilombos em muitas regiões do RS, em locais distantes, acidentados e protegidos da perseguição. Em variados municípios da Região Meridional do RS, certos locais, até distritos, são denominados Quilombo. Esta e outras formas de resistência foram cotidianas e

atravessaram todos os momentos da história regional. A resistência se manifestava em todos os níveis das relações sociais. A vigilância de feitores, dos senhores, dos familiares e a vigilância social e institucional somavam-se às leis do escravismo que procuravam prevenir as resistências, as revoltas, as fugas ou determinavam as penalidades aos escravos. Tribunais eram acionados para julgar e punir escravos considerados criminosos. Em Pelotas, mantém-se, por tradição, o nome de Praça do Enforcados à praça 20 de setembro.

As posturas municipais da província proibiam reuniões de escravos em qualquer localidade e de qualquer natureza, seja religiosa (bataques), recreativas ou outras. Após o toque de recolher, escravos não podiam circular nas ruas. São interessantes e ilustrativas as tentativas de insurreição de escravos, analisadas por Mário Maestri (MAESTRI, 1984: 141-154). Escravos das charqueadas muitas vezes se levantaram contra os feitores. Estavam debaixo de um "regime carcerário e num ritmo de produção febril" (GUTIERREZ, 1993:220). Por estas e outras informações pode-se deduzir a respeito da qualidade do tratamento dispensado aos escravos. Vestuário, calçado, as condições de alimentação e descanso em que viviam, indicam a mesma realidade. As condições de trabalho e do clima determinavam, nos meses de inverno, a utilização de vestuário e de alimentos adequados aos dias frios e úmidos. A utilização do couro de animais, peles para o vestuário e para a cama, eram originários da região de pecuária. Contudo, e muitas vezes, os escravos trabalhavam vestidos precariamente e de pés no chão, de acordo com sua condição.

4. A escravidão nos Relatórios Provinciais

Alguns elementos da população escrava no Rio Grande do Sul podem incrementar o conhecimento histórico e a visão de totalidade do escravismo meridional do Estado. Segundo o *Balanco Definitivo da Receita e Despesa da Província* (1854), em 1853, recolheu-se 3:720\$00 de imposto de meia siza referente a cada matrícula de escravos, de acordo com o parágrafo 22 da lei 267 de 1852. Pelo parágrafo 8, meia siza de escravos rendeu 50:974\$771 e, de acordo com o parágrafo 24, com a taxa de 325 réis sobre cada escravo introduzido na província, rendeu 704\$000. Os 55:398\$771 representam cerca de 10% da arrecadação provincial do ano de 1853: 565:656\$259.

Entre duas dezenas de itens da receita extraordinária daquele ano, a província recolheu 8: 987\$234. Esta é a importância "recolhida de diversos proprietários de escravos encontrados no quilombo da serra, no município do Rio Pardo, por indenização de igual quantia dispendida pelo cofre provincial pela apreensão destes: 1:363\$120" (RELATÓRIO, Tabela A:1854). Percebe-se assim que o Estado escravista

atuava e financiava a elite no controle e na apreensão dos escravos fugitivos. O interesse era explícito.

As *Atas da Câmara de Pelotas*, de 3 de dezembro de 1834; 3 de maio de 1835; 9 de julho de 1835; 17 de agosto de 1835; 31 de agosto, 10 e 16 de novembro daquele ano e 12 de janeiro de 1836 contêm os debates e deliberações sobre o uso de recursos públicos para incrementar forças policiais e moradores daquela serra para atacar os quilombos da Serra dos Tapes. Não tendo recursos, a Câmara apelou para o Presidente da Província, que, em 30 de junho de 1835 mandou, pela Coletoria da Vila, o valor de um conto e seiscentos mil réis para destruição ou aprisionamento dos dez quilombolas considerados "motores dos roubos [...] e assassinios perpetrados no município, porquanto têm prometido quatrocentos mil réis pelo chefe preto Manoel padeiro e duzentos mil réis por cada um dos nove companheiros [...]". Em 17 de agosto, o Juiz de Paz do Terceiro Distrito, Boaventura Ignácio Barcellos, "determinaria haver efetivamente uma partida de sete homens, e um comandante na diligência, de prenderem ou extinguirem na forma da lei, os ditos criminosos quilombolas [...]" (ATAS DA CÂMARA DE PELOTAS, 1834) Os primeiros meses do ano de 1848 foram marcados pela ameaça de um levante de negros minas.

Na tabela A, um dos itens é a "importância recebida dos donos de escravos que estiveram na cadeia civil da capital, proveniente da despesa feita com o sustento e vestuário dos mesmos" (RELATÓRIO, Tabela A:1854). Na tabela E do mesmo Relatório, encontramos os seguintes dados: "Tabela demonstrativa do produto das rendas da Província de São Pedro, designados no título 2 da lei 267, de dezembro de 1852, e arrecadados no exercício de de 1853, pelas estações abaixo mencionadas" (RELATÓRIO, Tabela E:1854). O parágrafo 8 refere-se às arrecadações da meia siza de escravos e o parágrafo 22 à matrícula dos escravos "de que se dever meia siza", etc, realizada nas colônias provinciais nas suas distintas "estações" a saber:

Da Capital	15.573\$613	1.660\$000
Da cidade do Rio Grande	7.998\$970	1.020\$000
Da Vila do Norte	676\$000	20\$430
Da Cidade de Pelotas	5.322\$390	650\$000
Da Vila de Ca apava	1.345\$384	10\$000
Da Vila de Jaguarão	2.271\$085	10\$000
Da Vila de Piratini	1.577\$792	-
Da Vila de Bagé	1.329\$392	-
Da Vila de Encruzilhada	1.005\$350	-
Total	36.899\$976	2.370\$430

(RELATÓRIO, Tabela A:1854.)

Estes dados demonstram que a concentração de escravos situava-se, na maior quantidade, nas cidades e vilas da região meridional do RS, com exceção da capital que, naquele momento, concentrava também grande número deles. Santo Antônio, São Borja, Santa Maria, Torres apresentavam uma arrecadação inferior a 50% das vilas e cidades elencadas acima.

No ano de 1857, na receita de 4:651:061\$392 da província, referente ao parágrafo 9 da lei, aquelas cidades apresentavam a seguinte arrecadação:

Porto Alegre	16.104\$431
Rio Grande	10.625\$402
Norte (São José do)	1.215\$850
Pelotas	11.625\$041
Jaguarão	3.742\$420
Ca apava	1.090\$177
Bagé	1.941\$425
Piratini	2.304\$771
Encruzilhada	1.034\$326

Os dados demonstram uma crescente intensificação do tráfico de escravos, sendo que Pelotas duplicou a arrecadação, Rio Pardo triplicou e Rio Grande aumentou mais de 40%, da mesma forma que Jaguarão. Estas cidades e vilas apresentavam a maior concentração de escravos do eixo pecuário-charqueador do Rio Grande do Sul. O montante de 14:100\$000 foi arrecadado do imposto de 50\$00 sobre cada escravo exportado (parágrafo 18), sendo: Porto Alegre, 5:100\$000; Rio Grande, 5: 800\$000; Norte, 1: 300\$000, Pelotas, 3:900\$000 (RELATÓRIO, Tabela explicativa, 1858).

Assim, no balanço daquele ano de 1857, na tabela explicativa da receita extraordinária, no item "indenizações" consta: "Importância indenizada por diversos donos de escravos, que estão na cadeia e foram sustentados à custa do cofre provincial.... 993\$798" (RELATÓRIO, Tabela explicativa, 1858). Por outro lado, isto comprova o comprometimento do governo provincial com a classe dos senhores.

5. Características da população na Região Meridional e de Pelotas

Em 1876, quase vinte anos depois, segundo o Relatório da Diretoria Geral de Estatística, a população do município de Pelotas, com exceção da freguesia do Boqueirão, era de 21.908 habitantes,

sendo 9.938 homens e 7.730 mulheres. Somavam-se 650 ventre-livres, sendo 321 meninos e 329 meninas nascidas de escravos. A população escrava era de 3.950, sendo 1.980 homens e 1.610 mulheres (MORAES, 1876:20). Segundo o mesmo relatório, o número de casas do município era de 2.476, constituindo 2.482 fogos. O autor integrou os dados da freguesia do Boqueirão, fornecidos pelo vigário que excluiu o número de escravos. A população seria de 799 habitantes, sendo 362 homens e 437 mulheres. O número de casas era de 149 e o de fogos 146. A população de São Lourenço, pertencente ao termo do Distrito do Boqueirão, segundo o relatório do presidente da província naquele ano, era de 5.430 habitantes, com um número de 737 fogos. Moraes (1875), apoiado em cálculos de jornais de Pelotas, afirma que a povoação de São Lourenço não excedia a 500 habitantes, com, no máximo 70 fogos. E conclui: "assim vê-se que a população total de Pelotas é superior a 28.000 habitantes" (MORAES, 1876:20).

A partir dos *Estudos Definitivos da Linha de Canguçu*, pode-se configurar o contexto do município naquele ano, aproximando-o do movimento cotidiano da população, na qual se encontravam inseridos numerosos escravos. O relatório é muito interessante neste sentido porque destaca da população: sexo, estado civil, raças, religião, nacionalidades, instrução. E assim, num primeiro momento, em relação à freguesia de São Francisco de Paula, destacamos os seguintes elementos:

"SÃO FRANCISCO DE PAULA

A população livre desta freguesia, segundo o relatório da estatística, é de 12.376 habitantes, que assim se distribuem:

		Homens	Mulheres
Em relação ao sexo		6.789	5.577
Em relação ao estado civil	Solteiros	5.072	4.112
	Casados	1.499	1.070
	Viuvas	228	395
Em relação às raças	Branços	5.382	3.659
	Parcos	608	679
	Pretos	702	1.146
	Caboclos	67	93
	Católicos	6.665	5.517
Em relação à religião	Acatólippe	134	60
Em relação às nacionalidades	Brasileiros	4.355	5.011
	Estrangeiros	2.443	566
Em relação à instrução	Sabem ler	2.783	1.872
	São analfabetos	4.016	3.705
População escolar de 6 a 15 anos	Frequêntam escolas	336	410
	Não frequentam	638	772

(MORAES, 1876:21)

Infelizmente não foi computado o número de escravos. O número de homens era de 1.100 acima do número de mulheres, na cidade de Pelotas. Nove mil pessoas eram de raça branca, 1.300 parcos e mais de 1.800 eram negros e 160 caboclos. A população quase absoluta era católica.

A importância da educação em Pelotas e na região já estava destacada, quando o cômputo somava 4.655 pessoas alfabetizadas, frente a 7.721 analfabetos. Assim, cerca de 40% da população era alfabetizada, faltando somente 225 pessoas para atingir esta porcentagem. Chama atenção também que o número de meninas era superior ao número de meninos frequentando a escola. Ao mesmo tempo que havia 746 crianças na escola, havia 1.410 fora da escola. Eram mais de 40% das crianças em sala de aula. E aqui, novamente, não é mencionado o número de escravos. Onde estariam os 650 ventre-livres computados acima?

A legislação imperial proibia a instrução do escravo até mesmo a nível primário, equiparando-o aos doentes de moléstias contagiosas, o que foi também estabelecido pela legislação provincial (GORENDER, 1988:64). A lei provincial sobre a instrução primária, em 1837, proibia frequentar as escolas públicas "os escravos e pretos, ainda que sejam livres e libertos." Em 1846 a lei mencionava apenas os escravos (CARDOSO, 1962:142-143.)

O Regulamento de 15 de março de 1842, organizado pelo Diretor da Instrução - bacharel João Rodrigues Fagundes - e aprovado pelo Presidente da Província, regulamentava sobre as escolas de instrução primária. Dentre os pontos mais significativos trata da matrícula dos alunos, determinando que:

Os alunos seriam matriculados nas escolas públicas de instrução primária, de acordo com a lei. E, por lei, estavam proibidos de frequentá-las os portadores de moléstias contagiosas, os escravos e pretos, ainda que livres ou libertos, os menores de cinco anos e os que não fossem apresentados por seus responsáveis - pais, tutores ou encarregados (SCHNEIDER, 1993: 61).

Na Lei 51, de 22 de maio de 1846, estabeleciam-se modificações nas matérias de ensino. Em relação à matrícula: [...] não poderiam frequentar as escolas públicas: os menores de seis anos, quem portasse moléstia contagiosa e os escravos (SCHNEIDER, 1993: 82).

A respeito da Freguesia de Santo Antônio da Boa Vista temos o seguinte:

SANTO ANTONIO DA BOA VISTA

A população livre desta freguesia, segundo o relatório aludido, é de 3.329, assim distribuídos:

		Homens	Mulheres
Em relação ao sexo		2.081	1.248
Em relação ao estado civil	Solteiros	1.890	873
	Casados	349	307
	Viúvos	42	68
Em relação às raças	Brancos	1.034	622
	Pardos	357	216
	Pretos	667	202
	Caboclos	23	8
Em relação à religião	Católicos	1.242	2.064
	Acatólicos	17	6
Em relação às nacionalidades	Brasileiros	1.640	1.188
	Estrangeiros	441	60
Em relação à instrução	Sabem ler	519	320
	São analfabetos	1.563	928
População escolar de 6 a 15 anos	Frequêntam escolas	31	10
	Não frequêntam	544	929

(MORAES, 1876:22)

Como se pode observar, é significativo que nesta freguesia havia o dobro de número de homens em relação às mulheres, ocorrendo o mesmo fenômeno com o número de solteiros. Na composição racial havia 1.856 pessoas brancas, 571 pardas e 869 negras e 31 caboclos. Sendo assim, a miscigenação não era muito significativa. Em relação à religião, a maioria absoluta da população computada era formada de católicos (3.306). E o número de homens estrangeiros naquele distrito de Pelotas era sete vezes maior que o número de mulheres.

Em termos de educação, a porcentagem de alfabetizados não acompanha o índice de Pelotas, com 839 alfabetizados numa população de 3.306 pessoas, um índice de 28%. Contudo, as crianças frequentando a sala de aula eram 41 em relação a 873 que estavam fora das salas de aula. Somente 3,74% das crianças de 6 a 15 anos estavam estudando.

Em relação à freguesia de Nossa Senhora da Consolação do Boquete, os dados fornecidos pelo documento são os seguintes:

NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO DO BOQUETE

A população livre desta freguesia, segundo o relatório já referido, é de 1.963 habitantes, assim distribuídos:

		Homens	Mulheres
Em relação ao sexo		1.058	905
Em relação ao estado civil	Solteiros	724	609
	Casados	321	289
	Viúvos	13	36
Em relação às raças	Brancos	901	729
	Pardos	71	88
	Pretos	58	63
	Caboclos	28	25
Em relação à religião	Católicos	905	1.049
	Acatólicos	9	0
Em relação às nacionalidades	Brasileiros	820	874
	Estrangeiros	238	31
Em relação à instrução	Sabem ler	326	117
	São analfabetos	732	788
População escolar de 6 a 15 anos	Frequêntam escolas	26	24
	Não frequêntam	196	207

(MORAES, 1876:23)

Nesta freguesia repete-se o fenômeno da existência de maior número de homens em relação ao número de mulheres: 1.058 X 965. Dos 1.963 habitantes, 12% eram pardos, 16% pretos, 3,7% caboclos. Somente 2,16% dos habitantes não eram católicos. Havia na freguesia 441 alfabetizados, ou seja, 40%.

Da população de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, o autor apresenta os seguintes dados:

NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO BOQUEIRÃO

A população livre desta freguesia, segundo o mapa fornecido pelo seu reverendo vigário, é de 799 habitantes, assim distribuídos:

		Homens	Mulheres
Em relação ao sexo		362	437
Em relação ao estado civil	Solteiros	254	317
	Casados	99	98
	Viúvos	9	16
Em relação às raças	Branços	328	367
	Pardos	9	18
	Pretos	25	52
Em relação à religião	Católicos	362	437
Em relação às nacionalidades	Brasileiros	329	430
	Estrangeiros	33	7
Em relação à instrução	Sabem ler	209	200
	São analfabetos	159	237
População escolar de 6 a 15 anos	Frequêntam escolas	54	41
	Não frequentam	36	43

(MORAES, 1876:24)

Vê-se que de 799 habitantes desta freguesia havia 75 mulheres a mais que homens. Cerca de 10% da população era formada de negros. A população na sua totalidade era católica. Sabiam ler e escrever 50% da população e mais de 50% das crianças de 6 a 15 anos de idade freqüentavam a escola. Pelos dados apresentados pelo autor, 50% da população masculina da freguesia era analfabeta, sendo superada por 66,4% de mulheres analfabetas. Fora da sala de aula se encontravam 59,4% dos meninos e 62,2% das meninas de 6 a 15 anos (MORAES, 1876:25).

Na Freguesia da Boa Vista, 75,1% dos homens e 74,3% das mulheres eram analfabetos e 97,7% dos meninos e 97% das meninas de 6 a 15 anos não freqüentavam a sala de aula. Na Freguesia do Boquete, 69,1% dos homens e 87% das mulheres eram analfabetos. Encontravam-se analfabetos e fora da sala de aula 88,3% dos meninos e 89,5% das meninas de 6 a 15 anos (MORAES, 1876:25). Somente 42% da população masculina e 54,2% da população feminina do Boqueirão eram analfabetos. E 40% dos meninos e 51,8% das meninas em idade escolar estavam fora da sala de aula (MORAES, 1876:2).

Considerando-se os dados fornecidos pelo relatório analisado, percebe-se que, ao tratar da população nos aspectos da cor, idade, sexo, religião, alfabetização etc, não são considerados com precisão os elementos escravos computados entre os pretos, pardos e brancos.

Essa desconsideração parece expressar justamente o lugar social ocupado pelos escravos.

6. Elementos do contexto econômico e social da escravidão no município de Pelotas

Na perspectiva de justificar a implantação da linha de ferro nos municípios da região, Moraes recorre ao mapa fornecido pela Mesa de Rendas de Pelotas e fornece dados que são interessantes ao conhecimento de aspectos da economia, da sociedade e da escravidão do município e distritos de Pelotas. Constava o seguinte a respeito da escravidão:

Movimento de filhos livres de mulher escrava no município de Pelotas desde o dia 1º de abril de 1872 até 31 de dezembro de 1875:

Freguesias	matriculados	Falecidos
São Francisco de Paula de Pelotas	600	211
Conceição do Boqueirão	105	29
Consolação do Boquete	100	15
Santo Antônio da Boa Vista	99	24
Total	904	279

(MORAES, 1876:26)

Ressalta-se que o índice de mortalidade não varia substancialmente de uma freguesia para outra. É nos núcleos urbanos que se encontra o índice mais elevado de mortalidade dos ventre-livres, nascidos nos anos imediatamente posteriores à lei que levou o mesmo nome. Denuncia este fato a vigência dos rigores da escravidão e a falta de real cuidado por parte dos senhores responsáveis pela criação daquelas crianças.

"Quadro Estatístico dos escravos existentes em Pelotas, que foram matriculados de conformidade com o regulamento que baixou com o Decreto nº 4835, de 10 de dezembro de 1871, a contar de 1º de abril de 1872 a 31 de dezembro de 1875":

		Totais
Entradas	por matrícula	8.141
	por averbação	151
Baixa	por falecimento	338
	por liberdade	291
	por mudança de município	129
		738
Existentes	-	7.534

(MORAES, 1876:26)

A mortalidade dos filhos livres de mulher escrava, foi, na cidade de Pelotas, 56,2%. Nas outras localidades chegou a 27%. Moraes reconhece ainda que, "mantidas as relações acima de mudanças de município, alforrias e falecimentos, a extinção da escravatura na cidade de Pelotas só poderia efetuar-se em meio século" (MORAES, 1876:26).

Para os viajantes que chegavam a Pelotas, em 1876, encontravam uma cidade com "41 ruas e cinco praças bem alinhadas e dispostas, em geral em ângulo reto" (MORAES, 1876:27). Segundo o lançamento feito para a cobrança do "imposto da décima urbana, o número de suas casas elevava-se a 2.784, sendo destas 2.665 térreas e 119 sobrados, além dos edifícios públicos como a matriz, casa de misericórdia, asilo de órfãos, beneficência portuguesa, cadeia, teatro e mercado" (MORAES, 1876:27).

De 1861 a 1876 o número de prédios quase duplicou. Passou-se de 1.401 para 2.625 prédios públicos, sobrados de 56 para 116. O rendimento da décima urbana de 1861 a 1865 foi de 23:938\$871, em média; nos anos de 1870 a 1875, a arrecadação foi de 103:148\$508, em média. Passou-se de um valor total médio de 57:730\$127 no quinquênio de 1860-1865 a 156:675\$947 em média de 1870 a 1875. (MORAES, 1876:28-29). Os valores triplicaram.

Outros elementos contextuais presenciados pelos escravos e pela população em geral, eram assim caracterizados: "As mercadorias enviadas para o interior são transportadas em carretas que carregam até 100 arrobas ou 1.469 kilogramas" (MORAES, 1876:29). Um viajante que fosse a qualquer vila, freguesia ou cidade do meridão gaúcho, viajava a cavalo, carrota, calecer, faeton, etc. Esse fenômeno perdurou pelo menos até meados do século XX.

O movimento de carretas, operado nos anos de 1870 a 1875, foi de 6.657 anualmente. Em cinco anos trafegaram nos caminhos da região, ligando campo e cidade, cidade e campo, campo e campo, sucessivamente, cerca de 33.285 viagens de carreta. Segundo estatística apresentada sobre o quinquênio, o maior movimento das mesmas se operava no mês de novembro, com cerca de 1.000 viagens, decrescendo até o mês de fevereiro, com menos de 100 viagens para elevar-se novamente até o mês de abril e decrescer de maneira sensível até o mês de agosto (MORAES, 1876:29). O maior movimento se realizava em épocas mais propícias e que coincidiam com o período das safras nas charqueadas e com os meses de temperatura menos extremada.

Depoentes que viveram na primeira metade do século XX testemunharam a mesma realidade:

Naquele tempo era as carreta que saía com toda a mercadoria de lá, com aqueles boi com cinzeiro, aquelas carreta ruuumm, ruuummm, coóóóó, uha, uha... (DALLA VECCHIA, 1994:342).

O transporte era feito em carreta de boi, Piratini recebia carga em carreta era quatro, cinco, seis carreta, levava quase um mês de Piratini a Pelotas ida e volta e trazia em cada carreta 100 arroba, arroba que se falava, não se falava em quilo, era arroba, então um média de 1.500 quilo vinha numa carreta com seis junte de boi, quatro boi no coice e quatro junte na frente. Eles iam acampando pelas estrada e paravam nas coxilha prá se enxerga os boi que tavam solto no corredor. [...] Pensoavam nas coxilha e longe, longe a gente via um foguito e tava a panela pendurada ali e eles numa calma, tinha que tê uma calma toda especial prá chegá aqui, eu cheguei a alcança as carreta, mas não viajei de carreta e sim de carroça, foram lançadas as carroça que a gente botava quatro cavalo e trazia 70 arroba nas carroça, nós levavamos de Pelotas aqui, uma semana de segunda a... sábado tava em casa, o cavalo é mais rápido, isso foi indo até que saiu as carreta, as carroça eliminaram as carreta. A carreta é de duas roda e a carroça é de quatro roda. (DALLA VECCHIA, Tese de doutorado. 1997:648).

Nos meses de inverno, a umidade, a chuva e a precariedade dos caminhos os tornava quase intransitáveis. Moraes reclama da falta de estradas de rodagem, o que indica que eram utilizados normalmente os caminhos da tropas, desenhando todos os acidentes geográficos.

No inverno os lugares do interior da provincia que são supridos pela praça de Pelotas experimentaram as consequências da escassez das comunicações, que faz elevar os preços dos gêneros de primeira necessidade, por ser mais elevado o frete dos transportes (MORAES, 1876:30).

As cidades mais distantes de Pelotas, como Bagé, Alegrete, Uruguaiana e outras não sofriam com o problema das comunicações, das estradas e das distâncias, pelo fato daquelas praças serem supridas pela de Montevideo. A estrada de ferro facilitava o comércio e a comunicação, reduzindo-se inclusive o problema do contrabando. A articulação comercial daquela região com Pelotas era muito complicada naquelas condições.

Comprando os gêneros em Pelotas ou Rio Grande, têm os comerciantes a lutar: 1º com o grande frete das carretas; 2º com a extraordinária demora das viagens; 3º finalmente, com a escolha dos gêneros, quase sempre feita a capricho dos correspondentes, que não encaixotam e remetem de ordinário o melhor (MORAES, 1876:31).

As carretas saídas da cidade de Pelotas a ela regressavam geralmente carregadas de produtos. O movimento de entrada e de saída de carroças carregadas "era em média 13.500 ao ano, transportando cerca de 1.3000.000 arrobas. Com caminhos e meios de comunicação melhores, o movimento operado seria consideravelmente maior, duplicando ou triplicando juntamente com o movimento de passageiros, que atualmente procuram diligências, dirigindo-se de Pelotas a Bagé, São Gabriel, Alegrete, Sant'Ana do Livramento e Passo do Batista" (MORAES, 1876:31). Embora não sejam mencionados em nenhum momento os escravos, muitos deles auxiliavam no carregamento e no transporte de produtos, acompanhando as carroças nessas longas jornadas.

No contexto de movimentado sistema de produção pecuário-charqueador escravista, no quinquênio de 1870-1875, o valor oficial dos gêneros de produção da província, despachados nas Mesas de Renda provinciais e navegados pela foz do rio São Gonçalo, foi de uma média de 11.298.946\$947 anuais. No mesmo canal, que liga a lagoa dos Patos à lagoa Mirim, eram importados os gêneros estrangeiros em Pelotas e se exportava os produtos da província (MORAES, 1876:32).

Devido à navegação, meio de transporte mais usual, realizava-se trabalho de desobstrução do canal São Gonçalo, na barra de Pelotas, cobrando-se para isso um imposto anual de cerca de 1000:000\$000. E através do *Demonstrativo da Mesa de Rendas Provinciais de Pelotas*, um total de 239 embarcações com 10.049 toneladas concorriam ao município e eram empregados no tráfego comercial, sendo seis vapores, uma escuna, três palhabetes, 207 lates, 9 lanchas, 11 botes, duas chalupas, de número, classe e lotações de cobertura distintos (MORAES, 1876:33). Uma movimentada frota de embarcações a vapor e a vela entravam e saíam no porto de Pelotas no triênio de 1870-1873. Entraram em Pelotas uma média anual de 264 embarcações a vela e 355 a vapor. Saíram uma média de 267 a vela e 348 a vapor.

Da estatística do imposto de indústrias e profissões do exercício de 1874-1875 se vê que o número de contribuintes é de 1.063, elevando-se a receita proveniente desses impostos a 53:214\$700. Nestes contribuintes contam-se 870 casas de negócios, como escritórios comerciais, lojas de fazendas, lojas de louças, de ferragens, de drogas de calçado, de modas, de móveis, armarinhos, botequins, casas de pasto, bilhares, açougues, padarias, hotéis, confeitarias e boticas, oficinas como ourives, barbeiros, sapateiros, marceneiros, ferreiros, carneiros, funileiros, tamanqueiros, tanoeiros, sefeiros, relojoeiros, etc. e 273 lavernas, 75 fábricas diversas chapéus, de carroças, de seges, de cerveja, de sabão, de vinagre e óleos, 78 indústrias e profissões, 33 xarqueadas e 7 colégios de instrução.

O número de xarqueadas existentes em Pelotas é, como foi consignado, de 33. Elas se acham situadas não só na margem esquerda do rio São Gonçalo, como em ambas as margens do seu confluente, o arroio Pelotas; a partir de sua foz (MORAES, 1876:34).

Mergulhados neste contexto tão bem configurado, os escravos se moviam em atividades urbanas, domésticas, rurais e nas charqueadas, tão numerosas e em plena atividade naquela década. Os dados acima parecem afastar a bruma do desconhecido para nós e nos mostram a realidade na sua mais real configuração cotidiana. Segundo a obra de Ester Gutierrez *Negros, Charqueadas e Orlarias* (1993), a cidade de Pelotas exalava fétido odor de sangue, vísceras e graxas que fluíam nos arroios ao redor da urbe. Grande número de aves de rapina e urubus povoavam os céus fumacentos de Pelotas, familiarizadas com o cheiro de ossos queimados (GUTIERREZ, 1993: 220).

Para se ter uma idéia, em estatística apresentada pelo estudo dirigido por Moraes, a matança de gado do município em 1873-1875 foi de 316.502, em 1873; 369.609 em 1874; e 341.712 em 1875, totalizando 1.027.723. Os meses em que mais se abatia eram março, abril e maio. Ao iniciar a matança em dezembro, o número era cada vez mais crescente. Em dezembro de 1875, passou-se de 62.609 reses abatidas para 93.048 em maio, não constando qualquer abatimento em julho (MORAES, 1876:34). Lembramos que os escravos das charqueadas realizavam as tarefas mais pesadas, na maioria, e realizavam também tarefas especializadas na indústria da carne seca.

Podemos ampliar a visão do contexto da realidade econômica e social da sociedade escravista do município de Pelotas. Em relação à colônia de São Lourenço, Moraes se atém aos dados que se lê no relatório da presidência da província, apresentado à Assembléia Legislativa naquele ano. E quem forneceu os dados ao governo foi o empresário daquela colônia, Jacob Reinghantz, que os sintetizava ao governo anterior. Limitava-se o informante a expor os fatos que determinaram o estado retrógrado, ou ao menos estacionário daquele núcleo colonial, que tanto havia crescido até os últimos anos. "Tem esta colônia 737 fogos, com 5.430 habitantes [...] uma aula pública, 12 escolas particulares" (MORAES, 1876:35). Em termos de religião, 430 habitantes eram católicos e 4.700 eram protestantes. Havia "na colônia só um padre acatólico que celebra seus cultos nas escolas" (MORAES, 1876:35).

Sendo uma região de agricultura, colonizada por imigrantes, os produtos de "exportação" eram o milho, feijão, batatas, trigo, centeio, cevada em grão, farinha, manteiga, banha, toucinho, ovos, galinhas, lenha e madeira de construção. Já em 1875 havia cinco moinhos

móveis por água e um a vapor. Havia 16 casas de negócios (MORAES, 1876:35). Outro elemento que nos aclara a realidade da produção e o contexto econômico da colônia é a existência de diversas oficinas: "De ferreiro 10, de carpinteiro 12, de alfaiate 5, de sapateiro 10, de marceneiro 12, de correio 7, de curtidores 4, de pedreiros 3" (MORAES, 1876:35).

Estes dados iluminam a realidade social, do trabalho e da produção, revelando os contornos de um mundo de manufatura, não muito distante do medieval. A existência de 10 ferreiros numa comunidade de 5.000 habitantes demonstra que a maioria das ferramentas de trabalho e outros instrumentos de uso doméstico e de transporte eram manufaturados por eles. Nas construções utilizavam estruturas de madeira. Mesmo que parte das casas fosse construída de tijolos e barro, a cobertura e forro eram feitos de madeira.

Por sua vez, as lojas de roupa vendiam tecidos para a confecção de vestuários. E o alfaiate era personagem social importante no cenário de qualquer localidade. A presença de 10 sapateiros mostra que a maioria dos calçados eram provenientes da manufatura local. Ao que se sabe, não havia uma indústria de produção em escala como hoje, mais de um século depois. A maioria dos móveis utilizados em residências particulares e prédios públicos, comerciais e religiosos, eram produzidos por marceneiros locais. A colônia tinha 12 marceneiros. Sabe-se da construção de casas de alvenaria pela indicação da existência de pedreiros.

Sendo a maioria dos meios de transporte terrestre baseados na tração animal, entende-se que havia profissionais dedicados à produção de arreios, cordas, chicotes, laços, cargueiros, selins. Na colônia referida havia sete correiros. Estes eram antecipados pela atividade de profissionais que curtiam e preparavam o couro para ser manufaturado.

No atendimento dos problemas de saúde atuava um médico na localidade. E politicamente já existia um movimento social pressionando para que a localidade fosse promovida a Vila, sendo com isso vinculada ao município de Pelotas. Eram tempos em que havia muitos problemas de posse legal da terra, tensões entre os colonos que habitavam a terra e aqueles que reclamavam o que diziam ser de sua propriedade (MORAES, 1876:35).

7. Outros municípios da região: aspectos populacionais.

7.1. Cangussú

Cangussú (atualmente Cangucu) pertencia à comarca de Piratini, compreendendo duas freguesias: Nossa Senhora da Conceição de Cangussú, fundada em 1812, e Nossa Senhora do Rosário do Serrito de Cangussú, criada em 1848. Cangussú foi elevada à categoria de vila pela lei provincial nº 340 de 28 de janeiro de 1857 e instalada em 27 de julho do mesmo ano (MORAES, 1876:36).

A população deste município, segundo a diretoria geral de estatística do Império, é de 11.459 habitantes, assim distribuídos:

	Homens	Mulheres
Livres	4.025	4.183
Filhos livres de mulher escrava	153	82
Escravos	1.445	1.460

O número de casas habitadas, segundo o referido relatório, é de 1.178, representando igual número de fogos.

A população do município assim se divide pelas suas duas freguesias:

FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE CANGUSSÚ

Termo da villa

População: 5.658, assim distribuída:

		Homens	Mulheres
Em relação ao sexo		2.752	2.906
Em relação ao estado civil	Solteiros	1245	1570
	Casados	1.048	1179
	Viúvos	458	157
Em relação às raças	Branços	1.645	1.570
	Pardos	393	400
	Pretos	422	238
Em relação às nacionalidades	Brasileiros	2.587	2.850
	Estrangeiros	163	47
Em relação à instrução	Sabem ler	923	703
	São analfabetos	1.829	2.204
População escolar de 6 a 15 anos	Frequêntam escolas	289	270
	Não frequêntam	288	470

Toda a população pertence à religião católica.

O número de casas, constituindo outros tantos fogos, é de 813.

FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO SERRITO DE CANGUSSU

População livre: 2.560 habitantes, que assim se distribuem:

		Homens	Mulheres
Em relação ao sexo		1.273	1.287
Em relação ao estado civil	Solteiros	917	869
	Casados	338	352
	Viuvs	18	66
Em relação às raças	Branços	1.074	1.035
	Pardos	76	72
	Pretos	91	154
	Caboclos	32	26
	Brasileiros	1.172	1.256
Em relação às nacionalidades	Estrangeiros	101	31
	Sabem ler	285	140
Em relação à instrução	São analfabetos	988	1.147
	Frequêntam escolas	28	7
População escolar de 6 a 15 anos	Frequêntam	294	291
	Não frequêntam		

(MORAES, 1876:36-37)

Na página 39 do mesmo relatório, o autor calcula a porcentagem de analfabetos na freguesia da vila de Cangussu.

	Homens(%)	Mulheres(%)
Analfabetos	65,46	65,84
Não frequêntam escolas(População escolar de 6 a 15 anos)	49,91	60,96

(MORAES, 1876:39)

Em relação à freguesia do Serrito:

	Homens(%)	Mulheres(%)
Analfabetos	77,61	89,12
Não frequêntam escolas(População escolar de 6 a 15 anos)	91,39	97,85

(MORAES, 1876:40)

7.2. Município de Piratini

O município de Piratini era sede da comarca de seu nome, e compreendia as freguesias de Piratini, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição, e a de Nossa Senhora da Luz de Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado). A freguesia de Cacimbinhas foi criada povoação por lei provincial de 10 de novembro de 1851, e elevada a freguesia pela lei provincial nº 318, de 17 de fevereiro de 1857. A freguesia da vila de Piratini foi criada por decreto de 5 de abril de

1810, e elevada à categoria de vila pela lei de 15 de dezembro de 1830 (MORAES, 1876:38).

A população deste município, segundo relatório da directoria geral de estatística, sem a da paróquia de Nossa Senhora da Luz de Cacimbinhas, que não foi apurada, é de 6.956 habitantes, assim distribuídos:

	Total
Livres	5.110
Filhos livres de mulher escrava	455
Escravos	1.381

A população da freguesia da Luz, eleva-se a 6.563 habitantes, assim distribuídos

	Total
Livres	4.499
Filhos livres de mulher escrava	205
Escravos	1.358

Vê-se portanto que a população do município eleva-se a 13.519 habitantes, assim distribuídos:

	Total
Livres	10.109
Filhos livres de mulher escrava	661
Escravos	2.748

A população livre da vila de Piratini, segundo o relatório da directoria de estatística, sendo 5.110 habitantes, assim se distribuem:

		Homens	Mulheres
Em relação ao sexo		2.687	2.423
Em relação ao estado civil	Solteiros	2.193	2.036
	Casados	4.361	252
	Viuvs	63	135
Em relação às raças	Branços	1.951	1.733
	Pardos	293	372
	Pretos	387	259
	Caboclos	56	69
	Brasileiros	2.684	2.423
Em relação à religião	Católicos	2.684	2.423
	Acatólicos	3	-
Em relação às nacionalidades	Brasileiros	2.483	2.374
	Estrangeiros	194	49
Em relação à instrução	Sabem ler	737	497
	São analfabetos	1.850	1.496
População escolar de 6 a 15 anos	Frequêntam escolas	133	101
	Não frequêntam	466	173

(MORAES, 1876:38-39)

Da mesma forma que o município de Canguçu, o município de Piratini se encontrava na mesma condição que o município de Pelotas em relação à instrução. A proporção dos analfabetos em relação à população livre era bastante significativa.

FREGUESIA DA VILLA

	Homens(%)	Mulheres(%)
Analfabetos	72,57	89,12
Não frequentam escolas;População escolar de 6 a 15 anos	78,51	83,10

(MORAES, 1876:40).

Em relação à porcentagem de meninos e meninas que frequentam a sala de aula neste município, o autor mostrava-se preocupado e expressava: "A relação da população escolar de 6 a 15 anos que não frequenta escola é de uma contrastadora realidade, quando se considera que a mocidade que desponta está condenada às mesmas trevas da ignorância em que jazem hoje os seus progenitores" (MORAES, 1876:40).

7.3-Aspectos econômicos dos municípios de Canguçu e Piratini na década de 1870

Além dos elementos do contexto populacional e educativo da época, o documento oferece ricos detalhes sobre o contexto econômico e produtivo dos municípios de Canguçu e de Piratini, na década de 1870. O município de Canguçu era, à semelhança dos dias atuais, pastoril e agrícola. Existiam poucas terras devolutas e que confinavam algumas matas da serra dos Tapes. Na agricultura, os principais gêneros cultivados eram o milho, o feijão, o trigo, o fumo e a mandioca. O município ainda exportava erva-mate e couros secos (MORAES, 1876:40).

Anualmente entravam no município de 700 a 800 carretas carregando até 100 arrobas cada uma. Com o mesmo sistema eram importadas fazendas, ferragens e molhados. A maioria dos produtos de alimentação eram supridos pela produção natural de subsistência em cada propriedade. O município exportava cerca da metade do volume importado, o que caracteriza a produção voltada para a subsistência.

A produção extraída da terra e dos campos caracterizava os tipos de indústria existentes no município como "cortumes, moinhos, engenho de serrar madeira, a preparação do fumo, o fabrico da farinha de mandioca, a tiragem da casca para os cortumes, o falquejo e serragem de madeiras, a fabricação dos tijolos e telhas, para o que existe excelente argila plástica" (MORAES, 1876:40). Alinhadas a estas atividades, vamos encontrar as correspondentes profissões.

"A produção de Piratini é idêntica à de Canguçu" afirma o autor, calculando que a importação para aquele município era de 100.000 arrobas, conduzidas por cerca de 1.000 carretas entradas por ano aproximadamente. A exportação era calculada em "20.000 couros secos, 2.000 arrobas de lã, 5.000 oitavas de carne, 10.000 reses, 14.000 alqueires de cal, 12.000 moirões de cambará, milho, feijão, trigo e outros cereais" (MORAES, 1876:41). As indústrias que ofereciam maior perspectiva de desenvolvimento era a de cortumes, de olarias para fabrico de telhas, tijolos e a criação do bicho da seda. Ressalta ainda que a cultura do trigo que nas primeiras décadas do século fora de 80 por 1, em safras regulares, devido à ferrugem caíra à insignificante produção de 35 por 1 (MORAES, 1876:41).

Os dois municípios contavam com cerca de 30.000 habitantes e terras férteis para a produção agrícola. Temos que considerar que a obra elaborada pela comissão está condicionada pelo interesse em justificar social e economicamente a construção da variante da estrada de ferro citada.

Palavras finais:

Estamos apresentando aos leitores uma série de elementos para o estudo da história da escravidão da região meridional do RS. Aqui foram analisados superficialmente e nas condições que a disponibilidade de tempo permitiram. Trata-se de elementos que podem ser analisados e comparados com mais cuidado, por outros pesquisadores. Nossa intenção era trazer estes dados que configuram um cotidiano da vida econômica, social e populacional de boa parte da região indicada. Esperamos que pelo menos o leitor tenha sentido a sensação de ter mergulhado na dinâmica diária da história desta região e tenha, quem sabe, o desejo de estudar mais apropriadamente a história da escravidão gaúcha.

Fontes primárias

- POSTURAS MUNICIPAIS DE PELOTAS. Pelotas: 1834.
 ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS. Pelotas: 1834 a 1836.
 RELATÓRIO: Balanço definitivo da receita e despesa da Província de São Pedro. 1853.
 Lei do Ensino de 15 de outubro de 1827.
 POSTURAS POLICIAIS. Aprovadas pelo Conselho Geral para a Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula. 1834.
 SAINT-HILAIRE, August de *Vlagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Itatiaia-EDUSP, 1974.
 MORAES, Eduardo José de (Chefe da Comissão) *Estudos definitivos da linha de Canguçu: variante da estrada de ferro do Rio Grande a alegrete*. Memória justificativa. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

Referências bibliográficas

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: DIFEL, 1962.
- DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. **Os filhos da escravidão**. Pelotas: Editora da Ufpel, 1994.
- DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. **Vozes do Silêncio**. Pelotas: Editora da Ufpel, 1994.
- DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. "As noites e os dias: Elementos para uma economia política da forma de produção semi-servil filhos da criação." Porto alegre: PUCRS, 1997 (Tese de doutorado).
- MELLO, Marco Antonio de. **Os Mecanismos de Resistência à Escravidão Negra em Pelotas 1840-1884**.
- GORENDER, **O Escravismo Colonial**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- GUTIERREZ, Ester V. B. **Negros, Charqueadas & Orlas**. Pelotas: Editora da UFPel, 1993.
- MAESTRI FILHO, Mário José. **O Escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho**. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- OSÓRIO, Fernando Luiz. **A Cidade de Pelotas. Corpo, coração e razão. 1822-1922**. Pelotas: Gráfica do Diário Popular, 1922.
- SCHNEIDER, Regina P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889**. Porto Alegre: Editora da Universidade/EST Edições, 1993.
- VIOTTI DA COSTA, **Da senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- WEIMER, Gunter. **O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SAGRA & Editora da UFRGS, 1991.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA : NOVOS RUMOS

Beatriz Ana Loner⁹
Lorena Almeida Gill¹⁰

Em fins dos anos 80, uma série de acontecimentos marcaram a vida do Instituto de Ciências Humanas e da Universidade Federal de Pelotas.

No ICH, fruto de vários anos de discussões sobre currículo e ensino, transformou-se o malfadado curso de Estudos Sociais em Licenciatura Plena em História e Licenciatura Plena em Geografia. Isto não aconteceu sem esforço, um esforço que se transformou em uma das prioridades da luta estudantil e que levou a quase totalidade dos alunos do Instituto a se mobilizarem em seminários, congressos, simpósios, que tinham como objetivo primeiro demonstrar o quanto era inadmissível que a UFPel fosse a única universidade federal do país, que continuaria tendo um curso de Estudos Sociais, planejado e organizado na época da Ditadura Militar, com pretensões de formar um profissional "polivalente", preferencialmente "curto" e, portanto, desprovido de discussões mais aprofundadas sobre qualquer temática.

Na UFPel, nesta mesma época, a comunidade universitária mobilizou-se para eleger um novo Reitor, através do voto paritário de seus segmentos. Este processo, ocorrido em 1988, fez com que surgisse entre nós um clima de agitação e debate que se propagou por todos os Institutos e Faculdades da Universidade.

O processo foi importante não só porque permitiu a escolha de um novo dirigente, mas sobretudo porque fez com que se discutisse qual era o projeto de Universidade Pública que se queria e de que forma poderíamos implementá-lo democraticamente. O reitor eleito, professor Amílcar Gigante, naquele momento conseguiu catalisar as reivindicações dos vários setores da Universidade, expressas em seus movimentos organizados.

⁹Professora do Depto. História e Antropologia - Doutoranda em Sociologia UFRGS.

¹⁰Professora do Depto. História e Antropologia - Mestranda em História PUC/RS.